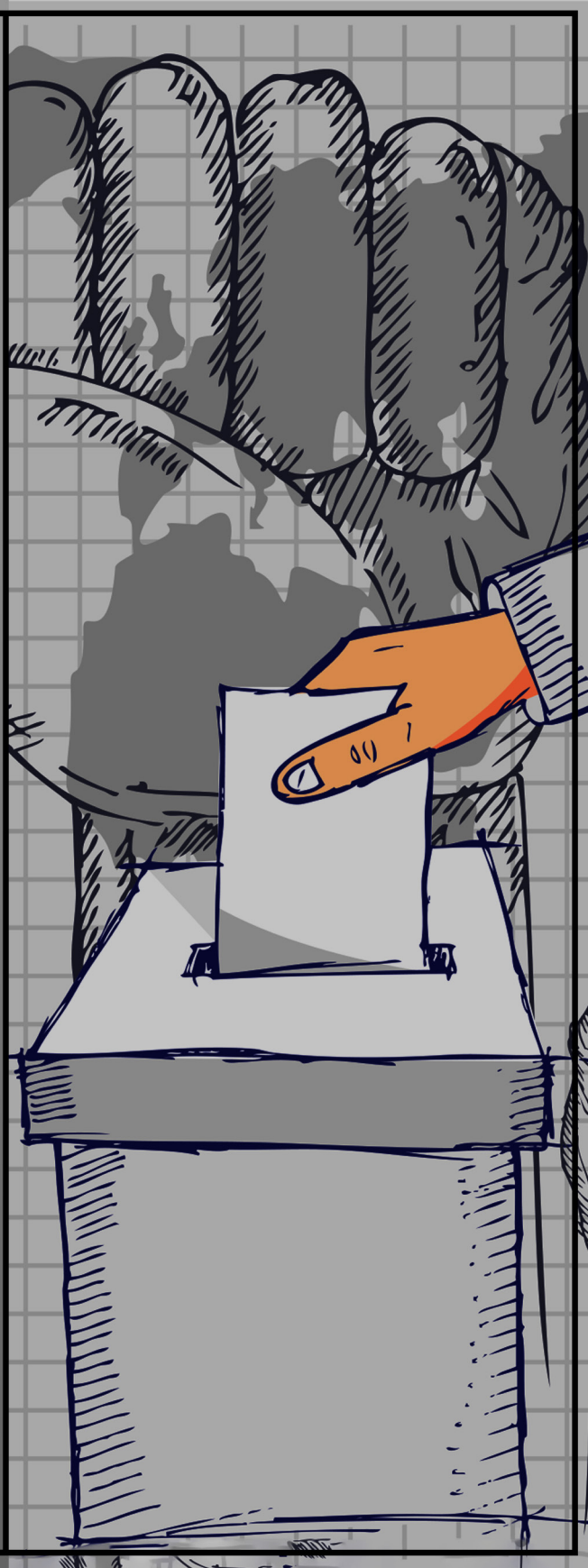


INSTITUIÇÕES DA DEMOCRACIA, DA CIDADANIA E DO ESTADO DE DIREITO

2

ADAYLSON WAGNER SOUSA DE VASCONCELOS
(ORGANIZADOR)

 **Atena**
Editora
Ano 2020

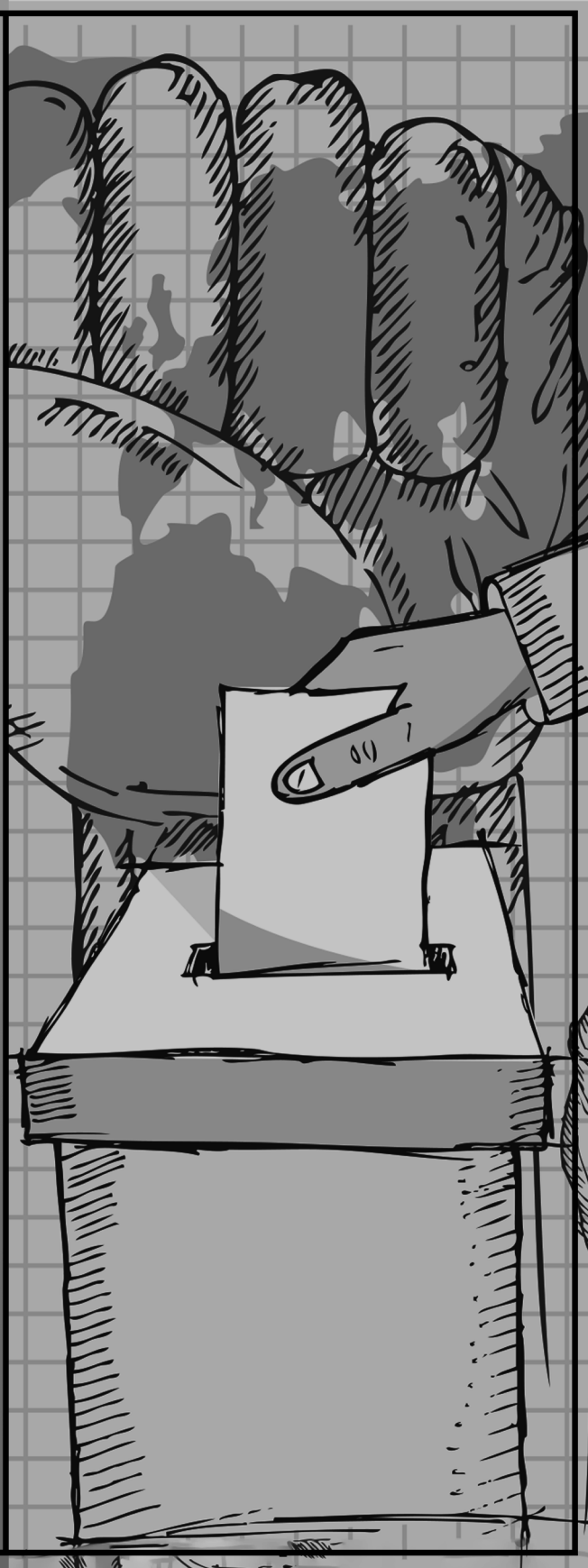


INSTITUIÇÕES DA DEMOCRACIA, DA CIDADANIA E DO ESTADO DE DIREITO

2

ADAYLSON WAGNER SOUSA DE VASCONCELOS
(ORGANIZADOR)

 **Atena**
Editora
Ano 2020



Editora Chefe

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Assistentes Editoriais

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

Bibliotecária

Janaina Ramos

Projeto Gráfico e Diagramação

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

Imagens da Capa

Shutterstock

Edição de Arte

Luiza Alves Batista

Revisão

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena

Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição-Não-Comercial-NãoDerivativos 4.0 Internacional (CC BY-NC-ND 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Daniel Richard Sant’Ana – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Dilma Antunes Silva – Universidade Federal de São Paulo
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Débora Luana Ribeiro Pessoa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves -Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri
Profª Drª Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília
Profª Drª Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Profª Drª Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia
Profª Drª Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Jefferson Thiago Souza – Universidade Estadual do Ceará
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Maria Tatiane Gonçalves Sá – Universidade do Estado do Pará
Profª Drª Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá
Prof. Dr. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados
Profª Drª Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino
Profª Drª Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás
Profª Drª Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Érica de Melo Azevedo – Instituto Federal do Rio de Janeiro
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte

Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá
Profª Drª Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Priscila Tessmer Scaglioni – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Linguística, Letras e Artes

Profª Drª Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro
Profª Drª Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Profª Drª Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará
Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Paraná
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

Conselho Técnico Científico

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Profª Ma. Andréa Cristina Marques de Araújo – Universidade Fernando Pessoa
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Faculdade da Amazônia
Profª Ma. Anelisa Mota Gregoleti – Universidade Estadual de Maringá
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas
Prof. Me. Clécio Danilo Dias da Silva – Universidade Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Prof. Me. Euvaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária
Prof. Me. Givanildo de Oliveira Santos – Secretaria da Educação de Goiás
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza
Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Me. Javier Antonio Alborno – University of Miami and Miami Dade College
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás
Prof. Dr. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior

Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo

Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará

Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri

Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco

Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal

Prof. Me. Robson Lucas Soares da Silva – Universidade Federal da Paraíba

Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco

Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão

Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo

Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana

Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí

Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo

Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira
Bibliotecária: Janaina Ramos
Diagramação: Luiza Alves Batista
Correção: Emely Guarez
Edição de Arte: Luiza Alves Batista
Revisão: Os Autores
Organizador: Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

I59 Instituições da democracia, da cidadania e do estado de direito 2 / Organizador Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos. – Ponta Grossa - PR: Atena, 2020.

Formato: PDF
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader
Modo de acesso: World Wide Web
Inclui bibliografia
ISBN 978-65-5706-544-0
DOI 10.22533/at.ed.440201211

1. Democracia. 2. Cidadania. 3. Estado de Direito. I. Vasconcelos, Adaylson Wagner Sousa de (Organizador). II. Título.

CDD 342

Elaborado por Bibliotecária Janaina Ramos – CRB-8/9166

Atena Editora

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

www.atenaeditora.com.br

contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Em **INSTITUIÇÕES DA DEMOCRACIA, DA CIDADANIA E DO ESTADO DE DIREITO – VOL. II**, coletânea de dezoito capítulos que une pesquisadores de diversas instituições, se faz presente discussões de temáticas que circundam a grande área do Direito a partir de uma ótica de cidadania que impacta na construção de um estado democrático de direito genuinamente inclusivo, diverso e de/para todos.

Temos, nesse segundo volume, cinco grandes grupos de reflexões que explicitam essas interações. Neles estão debates que circundam direito penal e suas problemáticas; saúde: direito e judicialização; estado, (des)democratização e atividade legislativa; direitos da pessoa com deficiência e dos idosos; família, pobreza e loucura.

Direito penal e suas problemáticas traz análises relevantes sobre deslegitimação do princípio da insignificância, execução da pena sem o trânsito em julgado, direito à prisão domiciliar negado a mulheres infratoras grávidas, direito penal visto como elemento para o estabelecimento de controle social, o encarceramento desenfreado como escravidão retextualizada, (cyber)pedofilia, visitação de crianças e adolescentes, estudo realizado em presídio mineiro.

Em saúde: direito e judicialização são verificadas contribuições que versam judicialização da saúde, federalismo cooperativo e regulamentação do uso da cannabis medicinal.

No estado, (des)democratização e atividade legislativa são encontradas questões sobre responsabilidade dos agentes públicos, processo de desdemocratização e redução de participação social, além das proposituras e aprovações de deputadas federais a partir das suas perspectivas ideológicas.

Direitos da pessoa com deficiência e dos idosos contempla estudos sobre inclusão social e representações.

Família, pobreza e loucura apresenta reflexões sobre alienação parental, ciclo transgeracional da pobreza e o holocausto brasileiro no hospital colônia de Barbacena, Minas Gerais.

Assim sendo, convidamos todos os leitores para exercitar diálogos com os estudos aqui contemplados.

Tenham proveitosas leituras!

Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
DESLEGITIMAÇÃO DO PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA PELA JURISPRUDÊNCIA DEFENSIVA DOS TRIBUNAIS BRASILEIROS: QUEBRA DA MATRIZ PRINCIPIOLÓGICA E DO PARADIGMA DO DIREITO PENAL MÍNIMO	
<i>Alex Sandro Sommariva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.4402012111	
CAPÍTULO 2	15
EXECUÇÃO DA PENA SEM O TRÂNSITO EM JULGADO E A MITIGAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS DE ORDEM CONSTITUCIONAL: COMO O DISCURSO POR MAIS SEGURANÇA PÚBLICA PRESSUPÕE A CORRUPÇÃO DO SISTEMA DO DIREITO	
<i>Pablo Prates Teixeira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.4402012112	
CAPÍTULO 3	28
QUANDO O DIREITO À PRISÃO DOMICILIAR NÃO É CUMPRIDO – ENTEXTUALIZAÇÕES E TRAJETÓRIAS TEXTUAIS NOS PROCESSOS JUDICIAIS DE MULHERES INFRATÓRAS GRÁVIDAS	
<i>Deise Ferreira Viana de Castro</i>	
DOI 10.22533/at.ed.4402012113	
CAPÍTULO 4	44
O DIREITO PENAL COMO “ARMA” NO CONTROLE SOCIAL	
<i>Aldair Marcondes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.4402012114	
CAPÍTULO 5	56
ENCARCERAMENTO EM MASSA: A REINVENÇÃO DA ESCRAVIDÃO	
<i>Marcelo Bessa</i>	
<i>Pedro Patel Coan</i>	
DOI 10.22533/at.ed.4402012115	
CAPÍTULO 6	70
ETIOLOGIA DA PORNOGRAFIA INFANTIL: UM OLHAR CRÍTICO SOBRE A (CYBER) PEDOFILIA	
<i>Kalita Macêdo Paixão</i>	
DOI 10.22533/at.ed.4402012116	
CAPÍTULO 7	84
ABORDAGEM TÉCNICA SOBRE A VISITAÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES: UM ESTUDO REALIZADO NO PRESÍDIO DE MANHUMIRIM/MG	
<i>Pricila Pereira Siqueira</i>	
<i>Márcia Helena de Carvalho</i>	
<i>Alexander Lacerda Ribeiro</i>	
DOI 10.22533/at.ed.4402012117	

CAPÍTULO 8	91
ACESSO À JUSTIÇA: PRÁTICAS DE JUDICIALIZAÇÃO DA SAÚDE	
Hugo Gabriel Pinheiro Lessa s Virgens	
Amanda Amaral Moreno	
Cynthia Cordeiro Santos	
DOI 10.22533/at.ed.4402012118	
CAPÍTULO 9	95
INTERPRETAÇÃO TÓPICO-SISTEMÁTICA E FEDERALISMO COOPERATIVO NA SEARA DA SAÚDE PÚBLICA NO BRASIL: BREVES DELINEAMENTOS	
William Lovison	
DOI 10.22533/at.ed.4402012119	
CAPÍTULO 10	108
ANÁLISE DA REGULAMENTAÇÃO DO USO DA <i>CANABIS</i> MEDICINAL SOBRE O VIÉS CONSTITUCIONAL: A LUZ DO DOCUMENTÁRIO ILEGAL	
Luiza Russi Dognani	
Valeria Soares da Silva Gauggio	
Matheus Gomes Camacho	
DOI 10.22533/at.ed.44020121110	
CAPÍTULO 11	123
A RESPONSABILIDADE DOS AGENTES PÚBLICOS PELA OMISSÃO ESTATAL	
Beatriz John Kettermann	
Aldemir Berwig	
Bruna Segat Heusner Sörensen	
DOI 10.22533/at.ed.44020121111	
CAPÍTULO 12	132
PROCESSO DE DESDEMOCRATIZAÇÃO: ANÁLISE DA REDUÇÃO DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL NO BRASIL DE BOLSONARO	
Izabelle Carvalho Lima	
Francisco Lucas de Lima Fontes	
Enedina Gizeli Albano Moura	
DOI 10.22533/at.ed.44020121112	
CAPÍTULO 13	144
O QUE PROPÕEM E O QUE APROVAM AS DEPUTADAS FEDERAIS BRASILEIRAS DE ACORDO COM SUA FILIAÇÃO IDEOLÓGICO PARTIDÁRIA (1987-2017)	
Mariana Lorencetti	
Maria Cecília Eduardo	
Geissa Cristina Franco	
Diogo Tavares de Miranda Ferreira	
DOI 10.22533/at.ed.44020121113	
CAPÍTULO 14	158
A INCLUSÃO SOCIAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA POR MEIO DE UM NOVO	

MODELO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Lucas Emanuel Ricci Dantas

Ricardo Pinha Alonso

DOI 10.22533/at.ed.44020121114

CAPÍTULO 15..... 171

AS REPRESENTAÇÕES E OS SENTIDOS DAS AÇÕES DO ASSOCIATIVISMO: A ASSOCIAÇÃO NACIONAL OS MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO DE DEFESA DOS DIREITOS DOS IDOSOS E PESSOAS COM DEFICIÊNCIA (AMPID)

Alexandre de Oliveira Alcântara

DOI 10.22533/at.ed.44020121115

CAPÍTULO 16..... 185

A SÍNDROME DA ALIENAÇÃO PARENTAL EM PROCESSOS DE SEPARAÇÃO E DIVÓRCIO

Bruna Maria Favaro

Marcelo Negri Soares

Maurício Ávila Prazak

DOI 10.22533/at.ed.44020121116

CAPÍTULO 17..... 197

O CICLO TRANSGERACIONAL DA POBREZA NO BAIRRO SÃO FRANCISCO DE ASSIS NO MUNICÍPIO DE MANHUAÇU-MG

Ana Paula Leite Moreira

Márcia Helena de Carvalho

DOI 10.22533/at.ed.44020121117

CAPÍTULO 18..... 207

UM ESTUDO DA SITUAÇÃO DO HOLOCAUSTO BRASILEIRO NO HOSPITAL COLÔNIA EM BARBACENA – MG SOB A ÓTICA DO CINEMA E LITERATURA

Eliane Cristina Rezende Pereira

DOI 10.22533/at.ed.44020121118

SOBRE O ORGANIZADOR..... 220

ÍNDICE REMISSIVO..... 221

O QUE PROPÕEM E O QUE APROVAM AS DEPUTADAS FEDERAIS BRASILEIRAS DE ACORDO COM SUA FILIAÇÃO IDEOLÓGICO PARTIDÁRIA (1987-2017)

Data de aceite: 01/11/2020

Data de submissão: 05/08/2020

Mariana Lorencetti

Universidade Federal do Paraná,
Departamento de Ciência Política, Curitiba –
Paraná
<http://lattes.cnpq.br/8150377354995796>

Maria Cecília Eduardo

Universidade Federal do Paraná,
Departamento de Ciência Política Curitiba –
Paraná
<http://lattes.cnpq.br/2334970399107469>

Geissa Cristina Franco

Universidade Federal do Paraná,
Departamento de Ciência Política Curitiba–
Paraná
<http://lattes.cnpq.br/4380872441300251>

Diogo Tavares de Miranda Ferreira

Universidade Federal do Paraná,
Departamento de Ciência Política Curitiba -
Paraná
<http://lattes.cnpq.br/5022075995864538>

RESUMO: O objetivo desta pesquisa é avaliar em que medida a ideologia partidária das deputadas federais entre 1987 a 2017 está relacionada a maior capacidade de aprovação de proposições legislativas de autoria das mesmas. Os objetivos específicos são: (i) analisar a produção legislativa das Deputadas Federais de acordo com a afiliação ideológico partidária e a temática

das proposições; (ii) verificar se ha diferenças no total de projetos aprovados pelas deputadas federais de acordo com a afiliação ideológico e partidária. Diante dos resultados empíricos, pode-se observar prioridades temáticas na produção legislativas das deputadas, sugerindo possíveis relações causais. Essa pesquisa de cunho empírico realizou uma análise descritiva quantitativa da produção legislativa das deputadas em números absolutos e proporcionais, assim como do que foi aprovado por legislaturas. Para isso foram analisadas 4661 proposições de autoria individual e coletiva, entre elas Projetos de Lei (PL), Projeto de Lei Complementar (PLP) e Proposta de emenda à constituição (PEC), produzidas pelas deputadas federais entre 1987 a 2017. Do universo de matérias observadas, o total de proposições aprovadas e baixo, devido ao domínio da agenda pelo Executivo que tem prerrogativas suficientes para garantir-se como principal legislador. Porém, as proposições apresentadas por parlamentares de esquerda foram as mais aprovadas, no entanto as proposições em parceria mostram uma tendência a serem mais atrativas no passar das legislaturas. Dentre os partidos verificamos que as parlamentares de partidos maiores e com bancadas legislativas mais robustas como PT e PMDB foram a que apresentaram maior aprovação de matérias legislativas.

PALAVRAS-CHAVE: Comportamento legislativo, Ideologia partidária, Parlamentares mulheres, Deputadas federais, Representação substantiva.

WHAT THE BRAZILIAN FEDERAL MEMBERS PROPOSE AND APPROVE ACCORDING TO THEIR PARTICULAR IDEOLOGICAL MEMBERSHIP (1987-2017)

ABSTRACT: The objective of this research is to evaluate the extent to which the party ideology of federal deputies between 1987 and 2017 is related to the greater capacity to approve legislative proposals that are authored by them. The specific objectives are: (i) to analyze the legislative production of Federal Deputies according to the party's ideological affiliation and the theme of the proposals; (ii) check if there are differences in the total of projects approved by federal deputies according to ideological and partisan affiliation. In view of the empirical results, it is possible to observe thematic priorities in the legislative production of the deputies, suggesting possible causal relations. This empirical research carried out a quantitative descriptive analysis of the legislative production of the deputies in absolute and proportional numbers, as well as of what was approved by legislatures. For this purpose, 4661 proposals of individual and collective authorship were analyzed, including Law Projects (LP), Complementary Law Project (CLP) and Proposed Amendment to the Constitution (PAC), produced by federal deputies between 1987 and 2017. Of the universe of matters observed, the total number of proposals approved and low, due to the dominance of the agenda by the Executive, which has sufficient prerogatives to guarantee itself as the main legislator. However, the proposals presented by left-wing parliamentarians were the most approved proposals, however the proposals in partnership show a tendency to be more attractive over the legislatures. Among the parties, we verified that the parliamentarians of larger parties and with more robust legislative benches such as PT and PMDB were the ones that presented the highest approval of legislative matters.

KEYWORDS: Legislative behavior, Party ideology, Women parliamentarians, Federal deputies, Substantive representation.

1 | INTRODUÇÃO

Os estudos sobre comportamento legislativo de parlamentares mulheres podem estar conectados a diferentes abordagens. Um dos enfoques pode ser o sistema eleitoral adotado pelo país, já que, sistemas proporcionais de lista fechada tendem a produzir parlamentares mulheres que conseguem legislar mais na área de gênero do que em sistemas majoritários puros (HOHMANN, 2019).

Outras investigações científicas têm como foco observar se as parlamentares mulheres possuem agendas legislativas diferentes dos parlamentares homens quando estão na política, bem como notar se o aumento no número de mulheres nos cargos decisórios significa que essas representarão as mulheres no parlamento (TAYLOR-ROBSON, HEATH, 2003).

Há também pesquisas que apontam a importância de averiguar a relação entre ideologia partidária e o comportamento legislativo de parlamentares (XYDIAS, 2013), buscando determinar, via observação partidária, uma relação entre o ambiente político e as estratégias envolvidas no avanço de carreiras femininas e aprovação dos projetos e

propostas das mulheres da Câmara. É importante apontar que ideologia partidária se refere a uma variável exógena ao legislativo, já que é uma explicação fora da arena legislativa (SANTOS, 2008).

Esta investigação busca atrelar o comportamento legislativo das parlamentares (quantidade de proposições aprovadas) a ideologia dos partidos a que pertencem. Trata-se de uma pesquisa experimental que apresenta dados descritivos, analisando as produções legislativas das deputadas federais entre 1987 e 2017. Obtivemos como um dos resultados que as parlamentares de esquerda aprovam mais proposições legislativas do que as de centro e de direita.

2 | O COMPORTAMENTO LEGISLATIVO E A IDEOLOGIA PARTIDÁRIA

Os estudos sobre o comportamento legislativo de parlamentares utilizam diferentes variáveis independentes. Há pesquisas que buscam entender se o comportamento das deputadas federais difere ao dos homens, no que se refere à agenda legislativa, bem como se as parlamentares mulheres buscam atuar em prol de questões femininas quando são eleitas. Outras investigações científicas observam como o sistema eleitoral influencia no comportamento político das legisladoras. (TAYLOR-ROBSON, HEATH, 2003; HOHMANN, 2019)

Uma outra maneira de observar o comportamento legislativo das mulheres é através da variável “partido político”. Para isso, diferentes modelos e perspectivas são utilizados. Um deles, tem foco na disciplina partidária de parlamentares nas votações nominais. Outros podem estar relacionados à maneira como o partido recruta membros eleitos para as comissões legislativas, ou ainda, partido se conecta à atuação legislativa dos eleitos/as. Por fim, podemos citar também a observação de conexão existente entre ideologia partidária comportamento legislativo (NORRIS, 1996; REZENDE, 2017; CAUL, 1999; XYDIAS, 2019)

É sobre a última perspectiva que iremos desenvolver essa pesquisa. A variável dependente comportamento legislativo das deputadas federais brasileiras será mensurada através das produções legislativas, e a variável independente a ideologia partidária. Dahlerup (1988), ao estudar a teoria da massa crítica¹, apontando especialmente que certas parlamentares não representem as mulheres em sua atuação política. Em seus estudos já citava a importância da correlação entre a identidade dos partidos políticos e a

1. Existem diferentes maneiras de estudar o comportamento legislativo de parlamentares mulheres. Podemos pesquisar essa temática a partir do sistema eleitoral. Países com sistema majoritário puro, dificultam uma atuação parlamentar mais voltada a temática de gênero, visto que as parlamentares devem se ater a uma atuação eleitoral mais voltada ao seu distrito eleitoral, já nos sistemas proporcionais, há uma conexão maior com o partido nacional, e neste sentido, as parlamentares podem atuar com maior liberdade, podendo produzir proposições em nome das mulheres, por exemplo (HOHMANN, 2019). Outros estudos apontam que as cotas fazem com que as mulheres tendam a legislar mais em favor das mulheres (FRANCESCHT, PISCOPO, 2008). Há também um formato de análise que aponta que as mulheres não atuarão de maneira diferente dos homens, visto que elas buscam também ser reeleitas (MAYHEW, 1974).

lealdade feminina para coibir a formação de coalizões políticas entre mulheres de diferentes agremiações políticas.

Os partidos moldam o comportamento legislativo das mulheres, especialmente nas votações nominais, empregando disciplina partidária, em alguns países (BARNES, 2012). Em alguns casos como na Argentina e Inglaterra, é mais prudente estudar as proposições legislativas produzidas coautorias do que votações nominais, pois a disciplina partidária é como um chicote introduzido em discussões preliminares (NORRIS, 1996).

Sobre a disciplina partidária, tanto mulheres como homens tem comportamentos semelhantes, visto que a ordem dos líderes partidários se sobressaem. Neste sentido, as mulheres terão pouca liberdade para atuarem dentro de pautas que lhes interessam, como por exemplo temas de gênero (Idem, 1996).

Não há consenso na literatura se a variável gênero afeta em grande medida os padrões de votação das deputadas. Cada país possui especificidades eleitorais e institucionais que devem ser levadas em conta para entender como parlamentares mulheres atuam no Legislativo (Norris, 1996); (Clar, 1998).

Alguns estudos, mostram que partidos são constituídos de diferentes maneiras e isso deve ser levado em conta quando buscamos entender o comportamento legislativo das mulheres. Já a variável gênero não pode ser vista como a principal nas análises. Temblay e Pellertier (2000) ao observar o parlamento canadense, notaram que um número maior de mulheres não garante um interesse pela pauta feminina, mas ter homens e mulheres feministas.

Uma análise das deputadas estaduais norte-americanas e a suas conexões com os partidos políticos apontou que a instituição molda as preferências das mulheres. Neste sentido, parlamentares de diferentes partidos buscam soluções para o debate sobre direito das mulheres, de acordo com a identidade do partidária. Além disso, as organizações partidárias controlam o processo legislativo determinando a pauta da agenda política que se convertem em leis (OSBORN, KREITZER, 2014).

Partidos com posições ideológicas mais liberais podem apresentar discursos e agenda política, sobre temas de direito das mulheres e liberdade dessas, como por exemplo regulamentação do aborto e direitos para mulheres trans. Já os partidos mais conservadores podem ter pautas com olhar à maternidade, devida a posturas e opiniões tradicionais.

Evidências apontam que, quanto mais as parlamentares participam dentro dos partidos em debates favoráveis aos direitos das mulheres, mais os homens se tornam reativos a participação delas. E, Caso a agenda política feminina não esteja alinhada com a do partido político, as congressistas desse partido não irão articular suas preferências em prol das pautas de gênero com a instituição na qual estão vinculadas. Já, se às demandas femininas estão alinhadas com as do partido, elas buscarão apresentá-las no processo político (OSBORN, KREITZER, 2014). Além de todos esses cenários, devemos lembrar que

o posicionamento entre as deputadas difere em relação a algumas temáticas da pauta feminina (BRATTON, 2002).

Sabe-se que, a depender da filiação partidária, as chances da agenda proposta ter mais êxito varia. No caso de partidos minoritários, essa chance de aprovação torna-se é baixa. No entanto, em partidos minoritários as punições podem ser menores, e pode haver mais espaços para suas preferências do que em partidos grandes (SWERS, 2002).

Neste sentido, é possível pensar mais profundamente na ideologia partidária e o comportamento das legisladoras. Existe um debate teórico que aponta que partidos de esquerda recrutam de maneira mais eficiente as candidatas, e isso tem uma implicação direta na atuação legislativa delas. Caul (1999) estudou o modo como os partidos afetam a representação das mulheres em 12 países industrializados através de quatro pontos: estrutura organizacional, ideologia, atividades partidárias das mulheres e as regras de candidatura relacionadas a gênero.

Sendo assim, quando se pensa nas questões ideológicas, partidos de esquerda são fortemente associados com as parlamentares mulheres, assim como novos partidos de esquerda com valores pós-materialistas. Os resultados apontaram que os partidos de esquerda como os ambientalistas e os comunistas tiveram maiores porcentagens de mulheres entre seus quadros. Além disso, foram mais eficientes em implementar regras que favorecessem a entrada de mais mulheres na política (CAUL, 1999).

Se os partidos de esquerda tendem a buscar maior equidade entre homens e mulheres, há relação entre fazer parte de um partido de esquerda e as maiores chances de aprovação de proposições legislativas?

Xydias (2009) realizou um estudo comparativo entre de gênero entre legisladores e partidos. Para autora há estudos que demonstra que parlamentares homens e mulheres divergem sobre o direito das mulheres ao produzir políticas nessa área. No entanto, não há tantas pesquisas apontando a variação significativa de gênero nas políticas em defesa das mulheres, mas há variação entre das legisladoras progressistas e conservadoras (XYDIAS, 2009).

As mulheres de direita também tem preferências sobre políticas para mulheres, mas a diferença reside no que elas pensam ser melhor em políticas para o grupo (CELIS, CHILDS, 2012). Achados interessantes sobre a diferença entre as parlamentares de esquerda ou de direita na preferência sobre políticas seriam ideais sobre a aplicação de Surveys.

As pesquisas podem ser aperfeiçoadas, observando não só se as congressistas atuam em prol das mulheres, mas também em outras agendas. Além disso, observar a produção de diferentes espectros ideológicos, e apoiar ou não a coalizão de governo, incluindo aspectos temporais, podem trazer respostas interessantes sobre o comportamento legislativo.

3 I A PRODUÇÃO LEGISLATIVA E IDEOLOGIA PARTIDÁRIA DAS DEPUTADAS FEDERAIS DE 1987 A 2017

Buscaremos nesta seção apresentar os dados encontrados sobre a produção legislativa das deputadas federais e a ideologia de seus partidos. Para isso, explicaremos como construímos as variáveis dependentes e independente, e posteriormente apresentaremos os dados de pesquisa.

3.1 Materiais e Métodos

Essa pesquisa utiliza o método decional, com foco no processo decisório (Codato, 2015), especificamente na quantidade de proposições legislativas aprovadas pelas parlamentares e a ideologia partidária delas. A variável dependente é a quantidade de proposições legislativas aprovadas pelas Deputadas Federais o sucesso legislativo. Já a variável independente será a ideologia partidária. A construção da variável “ideologia partidária” foi apresentada em 3 espectros: direita, esquerda e centro, a partir das pesquisas de Carreirão (2006), Power e Zuco (2009) e Codato, Bolognesi e Matos (2015) como podemos observar no quadro 1.

Posição Ideológica	Partidos
Direita	DEM/PFL; PDS; PL; PMN; PODE; PP/PPB; PPR; PR; PRB; PRN; PRONA; PRP; PSL; PTB; PTC; PT do B; PTN e PTR.
Esquerda	PCdoB; PDT; PPS; PROS; PSB; PT; PSOL; PSTU e PV
Centro	REDE, PSDB e PMDB.

Quadro 1 - Construção da variável independente - posição ideológica

Quadro construído pelos autores de acordo com a denominação da ideologia partidária apresentada por Carreirão (2006), Power e Zuco (2009) e Codato, Bolognesi e Matos (2015).

Utilizamos outras variáveis na análise descritiva como as temáticas das proposições legislativas. Para isso operacionalizamos uma análise de conteúdo temático-categorial (Oliveira, 2008), e assim propomos a classificação em oito temas que podem ser encontrados no quadro Quadro 2.

Temática	Referência dos temas
Honorífico	Proposições legislativas referentes a homenagear pessoas, denominação de logradouro e de bem público, criação de dias nacionais.

Econômico	Proposições legislativas referentes a questões que envolvem empresas nacionais ou internacionais como diminuição ou aumento de impostos como o ICMS. Também sobre investimento de fundos, ou direito do consumidor, criação de micro e pequenas empresas por meio de crédito.
Social	Proposições legislativas voltadas a direito para as pessoas, como direito de minorias, educação, cultura, saúde, habitação, lazer, turismo, pena de crimes, leis trabalhistas.
Trânsito	As matérias legislativas se referem a como diminuir o número de acidentes de pedestres, melhoramento de calçadas e vias. Também sobre multas e radares. Também sobre os valores de bilhetes de transporte. São proposições legislativas que tratam sobre os diferentes transportes, as estradas, a trânsito das cidades e o direito dos pedestres.
Orçamento	Matérias legislativas que envolve as contas públicas como destinação de recursos a nível federal, estadual e municipal, limitação de despesas de parlamentares, alterações da Lei Orçamentaria, contingência orçamentária.
Meio Ambiente	Melhorias para a natureza como utilização de energias renováveis, coleta de lixo, como ocupar os solos preservando o meio-ambiente, direito dos animais, recursos hídricos,
Política	Questões que envolvam mudanças na política, como mudanças no regimento interno da Câmara ou reforma eleitoral ou política, referendun, anistia.
Gestão	Proposições legislativas que tratam sobre 'coisas públicas' como contratação de pessoal, extinção de cargos, fiscalização de obras, aquisição e doação de bens públicos, regulação fundiária, criação de juizados etc

Quadro 2 - Temática das proposições legislativas produzidas pelas deputadas federais

Quadro construído pelos autores.

O quadro 3 contém os temas sobre gênero, nos quais foram construídas seis classificações por tipo de projeto e explicação:

TIPO DE PROJETO	EXPLICAÇÃO
Violência de gênero	As proposições legislativas que versam sobre os diversos tipos de violência que as mulheres sofrem, sendo elas desde violência doméstica até feminicídio. Um exemplo seria o aumento na pena por crimes praticados contra as mulheres
Maternidade	Proposições legislativas que garantem direitos para as gestantes e mães. Exemplos seriam aumento de licença maternidade
Participação política das mulheres	Proposições que versam sobre o maior acesso das mulheres nos espaços políticos. Um exemplo seria o aumento de cadeiras para as mulheres no legislativo por meio de cotas.
Orientação sexual e identidade de gênero- mulheres lésbicas, bissexuais e trans	Projetos que garantem direitos para as mulheres lésbicas e transgêneras/ travestis. Um exemplo é as mulheres trans também estarem incluídas dentro da Lei Maria da Penha.
Acesso ao mercado de trabalho	Proposições legislativas que tratam sobre a mulher no mercado de trabalho. Um exemplo é o aumento de vaga para as mulheres em empresas
Reconhecimento	As proposições que garantem às mulheres direitos ainda não reconhecidos. O exemplo seria acesso gratuito para todas as mulheres ao exame de prevenção do câncer de mamas.

Quadro 3 - Classificação das temáticas de gênero

Quadro construído pelos autores.

A partir da construção dessas tipologias, temos uma ideia mínima sobre do que se tratam as matérias que as parlamentares mais legislam. Após a apresentação da construção variáveis, discorreremos sobre os dados encontrados.

3.2 Dados sobre a produção legislativa das parlamentares

Nessa sessão avaliamos os resultados obtidos por essa pesquisa. Um dos objetivos específicos propostos, é analisar a produção legislativa das Deputadas Federais de acordo com a afiliação ideológico partidária e a temática das proposições.

A tabela 1 apresenta essa análise:

Temas	Ideologia do partido				Total
	Centro	Direita	Esquerda	N/A	
Econômico	22,50%	24,10%	19,70%	22,70%	21,70%
N do total	306	240	398	66	1010
Gestão	12,10%	12,90%	16,50%	16,49%	13,20%
N do total	165	128	275	48	616
Honorífico	3,01%	4,23%	4,17%	4,81%	3,88%
N do total	41	42	84	14	181
Meio Ambiente	2,13%	2,92%	3,03%	3,78%	2,79%
N do total	29	29	61	11	130
Orçamento	1,47%	1,91%	1,44%	1,37%	1,54%
N do total	20	19	29	4	72
Político	2,28%	2,82%	3,97%	4,81%	3,28%
N do total	31	28	80	14	153
Social	52,79%	46,08%	52,03%	43,64%	50,46%
N do total	718	458	1049	127	2352
Trânsito	3,68%	5,03%	1,98%	2,41%	3,15%
N do total	50	50	40	7	147
N total	1360	994	2016	291	4661

TABELA 1 - Quantidade de proposições legislativas produzidas de acordo com a ideologia partidária

Fonte: Elaborado pelo autores.

*N/A: Não se aplica = Proposições em coautoria.

Podemos observar nos dados expostos que existem resultados semelhantes de projetos por temática – entre espectos ideológicos e projetos em coautoria. A concentração em coautoria é interessante por se tratar de uma categoria pode expressar interesses comuns, ultrapassando as divisões partidárias. É possível observar que projetos sociais

são de menor interesse dos partidos de direita, e a esquerda apresentou foco bastante distribuído, mas tendo menos projetos de temas “econômicos”.

Tipo de projeto	Ideologia partidária				
	Tema	Centro	Direita	Esquerda	N/A
Acesso ao mercado de trabalho	0,59%	0,91%	0,99%	0,69%	0,84%
Total	8	9	20	2	39
Maternidade	2,43%	1,31%	2,03%	3,78%	2,10%
Total	33	13	41	11	98
Orientação sexual e Identidade de gênero - mulheres lésbicas e trans (LBTI)	0,07%	0,10%	0,85%	1,03%	0,47%
Total	1	1	17	3	22
Participação política das mulheres	0,66%	0,70%	0,55%	0,34%	0,60%
Total	9	7	11	1	28
Reconhecimento	1,99%	1,61%	3,08%	1,37%	2,34%
Total	27	16	62	4	109
Violência de gênero	1,76%	3,02%	2,43%	0,69%	2,25%
Total	24	30	49	2	105
Não se relaciona	92,50%	92,35%	90,08%	92,10%	91,40%
Total	1258	918	1816	268	4260
N Total	1360	994	2016	291	4661

TABELA 2 - A produção legislativa na temática de gênero segundo o espectro ideológico

*N/A: Proposições com coautoria.

Fonte: Tabela elaborada pelos autores.

Em se tratando dos temas específicos de gênero, há também um perfil menos diferenciado do que se esperava. Com base nas pesquisas anteriores por exemplo, nossa pesquisa apresentou pequena diferença de interesse nas pautas “específicas de gênero”, não se observando uma especial atenção a essas proposições por parte das deputadas de esquerda ou direita. Porém, os partidos de esquerda possuem mais interesses na pauta de mulheres LBTI. Observando os projetos da direita, vemos que eles corroboram com o discurso típico desses partidos como a segurança pública, dedicando esforços no tema combate à violência, uma vez que a segurança ocupa boa parte do discurso que elege os/as políticos/as de direita.

Os partidos de esquerda apresentaram maior participação na proposição de temas como o acesso ao mercado de trabalho. Isso demonstra que há um interesse em legislar

sobre o espaço das mulheres além do âmbito doméstico e privado “das famílias”. Mulheres de partidos de esquerda, elas tendem em suas discussões a romper com a divisão sexual do trabalho impostas pela sociedade. É dizer que mulheres de direita preocupam-se com o espaço privado, e mulheres de esquerda rompem essa barreira legislando pelo espaço público.

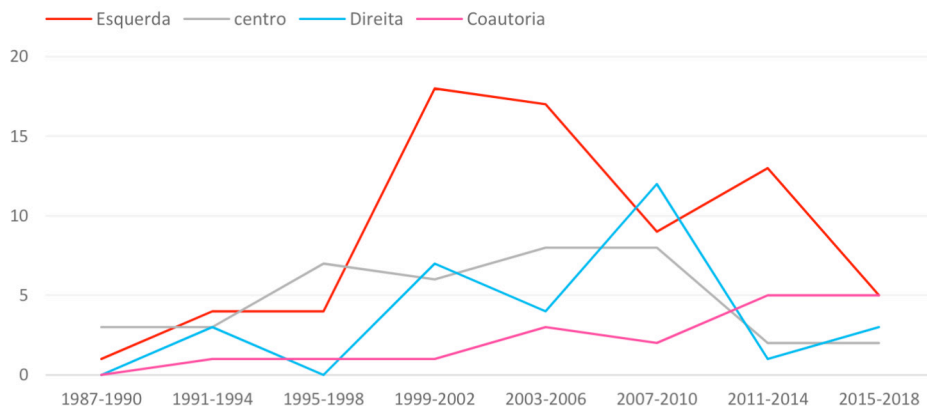


Gráfico 1 - Aprovação de proposições legislativas apresentadas por deputadas mulheres por espectro ideológico

Gráfico produzido pelos autores.

Analisando o gráfico, que mostra a divisão temporal por legislaturas e governos, vemos o total absoluto de aprovação de projetos pelas parlamentares de esquerda é, no geral, maior que a dos pares ideologicamente diferentes.

Em comparação com as deputadas de direita, vemos que somente em um dos mandatos (2007-2010) essas obtiveram mais sucesso que as da esquerda. Já as legisladoras de centro, em dois momentos (1987-1990 e 1995-1998) aprovaram mais projetos que as demais. No primeiro governo Lula (1999-2002) que temos o maior pico de aprovação das parlamentares da esquerda, o que se mantém no segundo governo desse presidente (2003-2006), com uma pequena diminuição.

É interessante notar um aumento significativo da aprovação das proposições feitas em coautoria. O que pode indicar um incentivo para que as parlamentares reünam esforços nas proposições, aumentando as chances dessa ser transformada numa lei. Isso pode ter relação com a fragmentação partidária que tornam as bancadas partidárias cada vez menores. Essa união de interesses, com aumento evidenciado, corrobora também com a ideia colocada pela teoria feminista da massa crítica, que afirma a necessidade de um percentual mínimo de mulheres parlamentares para que reais alterações sociais e políticas sejam alcançadas.



Gráfico 2 - Proposições apresentadas por deputadas federais aprovadas por partido (1987-2017)

*Pequenos partidos:PMN, PSC, PDS, PRB.

Gráfico produzido pelos autores.

No gráfico 2 é possível observar que o PMDB é o partido político no qual as parlamentares mais tiveram sucesso em aprovar proposições legislativas, seguido do PT e do PSB. As parlamentares do PMDB aprovaram no total trinta matérias legislativas enviadas, as do PT vinte e sete. Observamos também que as parlamentares que apresentaram proposições em coautoria com outros parlamentares homens e mulheres aprovaram dezoito proposições.

Analisando quantitativamente nossa série histórica e comparando com a ideia apresentada por Swers (2002), vimos que aqui os parlamentares de partidos pequenos tiveram atuação legislativa reduzida no que tange a aprovação de projetos. Partidos maiores e pivotais no sistema político brasileiro como PMDB e PT possibilitaram que as deputadas aprovassem N mais expressivo de matérias. Notamos também proposições em coautoria representam interesse crescente ao longo do tempo, do que propor em partidos pequenos como o PTB, PV e os pequenos partidos (PMN, PSC, PDS e PRB).

4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O debate sobre o impacto das mulheres na política permanece constante. Enquanto a literatura feminista concorda amplamente com a importância simbólica de as mulheres estarem bem representadas nas instituições políticas, as consequências substantivas da participação feminina em posições de poder político permanecem obscuras. Paira a dúvida

se o aumento do número de mulheres ocupantes de cargos legislativos, principalmente nos Parlamentos, produziria um padrão diferente de políticas públicas e/ou um estilo distinto de práticas políticas. Mais especificamente, ter mais mulheres legisladoras resulta em mais políticas públicas e práticas políticas direcionadas à correção das desigualdades de gênero na sociedade e nas esferas de poder?

Existe uma visão de que as mulheres recrutadas para cargos públicos, em sua maioria, refletem as tendências ideológicas dominantes entre as elites partidárias, e não serão mais favoráveis do que seus pares masculinos a questões e programas que abordem as desigualdades de gênero. (ERICKSON, 1997).

A pesquisa de Lise Gotell e Janine Brodie, sobre as parlamentares canadenses, por exemplo, mostra que a agenda neoliberal, dominante do pensamento partidário atual, é hostil às intervenções governamentais que abordem a posição subordinada da mulher, e nesse clima político “as mulheres recrutadas (para cargos públicos) podem ser, e às vezes são, abertamente antagônicas à agenda política do movimento de mulheres, bem como ao próprio conceito de igualdade de gênero.” (GOTELL, BRODIE, 1996, p. 68). Por outro lado, vozes feministas continuam fundamentando a importância de se ter mais mulheres legisladoras, no sentido de que essas trazem diferentes perspectivas e prioridades para a arena política. Visto que as opiniões femininas sobre as questões políticas são muitas vezes diferentes das dos homens, e essas diferenças, uma vez expostas, levam, no mínimo, à reflexão sobre as distinções entre os gêneros.

As parlamentares serão, por exemplo, mais solidárias a políticas que abordem especificamente as iniquidades e programas de gênero que apoiem explicitamente as mulheres. Mas as diferenças também podem se estender a políticas sociais que não são diretamente dirigidas a esse grupo, mas que são importantes para ele, devido ao fato de sua posição social e econômica ainda ser subordinada à dos homens. Nesse sentido, podemos citar como exemplo questões relacionadas à violência e à guerra. No entanto, ao argumentar que a representação das mulheres tem substanciais implicações políticas, muitos alertam que as diferenças de comportamento, entre parlamentares mulheres e seus pares masculinos, dependerão da presença de mais do que um mero número simbólico delas. Quando há poucas mulheres em uma legislatura, a pressão sobre elas para se conformarem com a cultura e práticas de seus colegas homens é considerável. Já, com bastante colegas mulheres para apoio mútuo, essas poderão fazer a diferença na condução e produção da política legislativa.

REFERÊNCIAS

BARNES, Tiffany.D. **Gender and Legislative Preferences: Evidences from Argentine Providence.** Cambridge University Press, The Women and Politics Research Section of the American Political Science Association., 2012 doi:10.1017/S1743923X12000505.

- BRATTON, Katherine. **Existing Diversity and Judicial Selection: e Role of the Appointment Method in Establishing Gender Diversity in State Supreme Courts.** *Social Science Quarterly* 83(2): 504–518, 2002.
- CAUL, Mike. **Women’s representation in parliament: the role of political parties.** Sage Social Science Collection. V.5, n.1, pp.79-98. 1999.
- CELIS, K. and CHILDS, S. **The Substantive Representation of Women:What to Do with Conservative Claims?,** *Political Studies*, 60 (1), 213–25, 2012.
- CODATO, Adriano. **Metodologia para identificação de elites: três exemplos clássicos.** Como estudar elites. Editora UFPR. Pp.15-30, 2015.
- CLARK, J. (1998). **Women at the National Level: An Update on Roll Call Voting Behavior.** In *Women and Elective Office: Past, Present, & Future.* (S. Thomas and C. Wilcox, eds), pp.118–129. New York: Oxford University Press.
- DAHLERUP, D; FRELIDENVALLI, L. **Quotas as a “Fast Track” to Equal Political Representation for Women: Why Scandinavia is No Longer the Model,** *International Feminist Journal of Politics*, 7 (1), 26–48, 2005.
- ERICKSON, Lynda. **Might More Women Make a Difference? Gender, Party and Ideology among Canada’s Parliamentary Candidates.** *Canadian Journal of Political Science / Revue canadienne de science politique*, Vol. 30, No 4 (Dec., 1997), p. 663-688.
- FRANCESCHT, Susa; PISCOPO, Jennifer, M. **Gender Quotas and Women’s Substantive Representation: Lessons from Argentina.** *Politics & Gender* 4: 393–425.
- GOTELL, Lise; BRODIE, Janine. **Women and Parties in the 1990s: Less than Ever an Issue of Numbers,** in Hugh G. Thorburn, ed., *Party Politics in Canada* (7th ed.; Scarborough: Prentice Hall, 1996), p. 68.
- HOHMANN, Daniel. **When Do Female MPs Represent Women’s Interests?** *Electoral Systems and the Legislative Behavior of Women.* *Political Research Quarterly*, 1-14, University of Utah.
- LIMONGI, Fernando. **A democracia no Brasil: Presidencialismo, coalizão partidária e processo legislativo.** *Novos estudos cebrap*, n.76, São Paulo, 2006.
- MAYHEW, David R. 1974. **Congress: The Electoral Connection.** New Haven, CT: Yale University Press.
- NORRIS, Pippa. **Women Politicians transforming Westminster?** Oxford University Press, 1996.
- OLIVEIRA, Denize Cristina de. **Análise de conteúdo temático categorial: uma proposta de sistematização.** *Rev. enferm. UERJ*, v. 16, n. 4, p. 569-576, 2008.
- OSBORN, Tracy; KREITZER, Rebecca. *Women State Legislators: Women’s Issues in Partisan Environments.* Capítulo 11. THOMAS, Sue; WILCOX, Clyde (ed). **Women and Elective Office: Past, Present and Future.** 3 ed. Oxford University Press, 2014.

REZENDE, Daniela Leandro. **Desafio à representação política de mulheres na Câmara dos Deputados**. Estudos Feministas, Florianópolis, 25(3), set.dez/2017.

SANTOS, Manoel Leonardo. **Teoria e Método nos estudos sobre o Legislativo Brasileiro: uma Revisão da Literatura no período 1994-2005**. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais/Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais. Editora HUCITEC, número 41. São Paulo: ANPOCS, 2008.

SWERS, Michelle L. **The Difference Women Make: The Policy Impact of Women in Congress**. Chicago: University of Chicago Press, 2002.

TREMBLAY, Manon; PELLETIER, Réjean. **More Feminists or More Women? Descriptive and Substantive Representations of Women in the 1997 Canadian Federal Elections**. International Political Science Review, 2000, v.21, n.4, p.381-405.

XYDIAS, Christina. **Mapping the Language of Women's Interests: Sex and Party Affiliation in the Bundestag**. Political Studies Association, 2012. doi: 10.1111/j.1467-9248.2012.00970.x

ÍNDICE REMISSIVO

A

Agentes Públicos 9, 11, 123, 124, 126, 127, 130

Alienação Parental 9, 12, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 193, 194, 195, 196

C

Canabis Medicinal 9, 11, 108

Cidadania 2, 9, 68, 133, 136, 142, 143, 158, 159, 161, 162, 165, 166, 167, 168, 169, 179, 180, 189, 206

Controle Social 9, 10, 12, 44, 49, 56, 61, 62, 79, 135, 142, 178, 183

(Cyber)Pedofilia 9, 10, 70, 74

D

Democracia 2, 9, 24, 81, 101, 106, 132, 133, 137, 139, 142, 156, 161, 163, 164, 165, 166, 168, 169, 170, 173, 180, 181, 183, 184

Desdemocratização 9, 11, 132, 133, 136, 137, 139, 142

Direito Penal 14, 44, 47, 48, 49, 51, 53, 81, 82

Direito Penal Mínimo 10, 1, 13

Direitos Humanos 10, 11, 13, 14, 15, 16, 20, 30, 52, 53, 68, 69, 71, 72, 80, 81, 112, 141, 162, 173, 178, 179, 182, 209, 210, 211, 212, 213, 214, 216, 217, 218, 219, 220

Divórcio 12, 185

E

Encarceramento 9, 10, 12, 37, 51, 53, 56, 57, 58, 59, 62, 64, 66, 67, 86

Estado de Direito 2, 9, 24, 126

Execução da Pena 9, 10, 15, 27

F

Família 9, 45, 47, 48, 66, 80, 81, 82, 85, 89, 127, 131, 166, 178, 185, 192, 193, 195, 197, 198, 200, 201, 204, 205

Federalismo Cooperativo 9, 11, 95, 96, 98, 99, 103, 104, 105

Filiação Ideológico Partidária 11, 144

I

Idosos 9, 12, 171, 172, 173, 174, 178, 182, 183

Inclusão Social 9, 11, 158, 162, 164, 166, 168

Instituições 2, 9, 34, 48, 61, 67, 130, 132, 134, 136, 137, 138, 139, 141, 142, 143, 154, 158,

165, 169, 173, 175, 176, 177, 178, 181, 185, 209, 213, 215

L

Loucura 9, 75, 207, 209, 216, 219

M

Mulheres 9, 10, 18, 28, 30, 31, 32, 35, 36, 37, 38, 41, 42, 72, 76, 77, 78, 79, 81, 144, 145, 146, 147, 148, 150, 152, 153, 154, 155, 157, 197, 198, 200, 201, 202, 203, 204, 205, 212

O

Omissão Estatal 11, 123, 124, 127, 130

P

Participação Social 9, 11, 132, 133, 134, 137, 138, 139, 141, 142, 143, 161, 162, 164, 165, 167, 169

Pessoa com Deficiência 9, 11, 139, 158, 159, 161, 162, 163, 164, 165, 166, 167, 168, 169, 170, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 181, 183

Pobreza 9, 12, 10, 104, 197, 198, 199, 200, 201, 203, 204, 205, 206

Princípio da Insignificância 9, 10, 1, 2, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14

Prisão Domiciliar 9, 10, 28, 29, 30, 31, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 41

R

Regulamentação do Uso 9, 11, 108, 117

S

Saúde 9, 11, 9, 41, 42, 64, 82, 84, 87, 90, 91, 92, 93, 94, 95, 96, 97, 98, 99, 100, 101, 102, 103, 104, 105, 106, 107, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 117, 120, 121, 122, 132, 143, 168, 173, 177, 179, 188, 192, 214

Separação 12, 3, 5, 138, 139, 140, 185, 186, 190, 193, 194

INSTITUIÇÕES DA DEMOCRACIA, DA CIDADANIA E DO ESTADO DE DIREITO 2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

INSTITUIÇÕES DA DEMOCRACIA, DA CIDADANIA E DO ESTADO DE DIREITO 2

www.atenaeditora.com.br 

contato@atenaeditora.com.br 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

www.facebook.com/atenaeditora.com.br 

Atena
Editora

Ano 2020